

REVISTA FAROL

FACULDADE ROLIM DE MOURA

ISSN Eletrônico: **2525-5908**

www.revistafarol.com.br

Inclusão escolar: estratégia docente no processo de avaliação

Dalva Míssias Machado
Elisangela Sobreira de Oliveira

Inclusão escolar: estratégia docente no processo de avaliação

Dalva Míssias Machado ¹

Elisângela Sobreira de Oliveira ²

Resumo: Os estudos que tratam sobre a avaliação da criança com necessidade educacional especial são considerados recentes no campo acadêmico e científico, pois em revisão bibliográfica foram encontrados poucos trabalhos. Tendo em vista que o processo de avaliação é fundamental para verificar o desenvolvimento e aprendizagem do aluno, esta pesquisa verificou os recursos utilizados para a elaboração das estratégias pedagógicas no acompanhamento de alunos diagnosticados com dificuldade de aprendizagem e a importância do profissional de psicologia, bem como as dificuldades e desafios enfrentados neste processo. Para isto realizou-se uma pesquisa de campo qualitativa, sendo a coleta dos dados feita através de um roteiro de entrevista semi-estruturada, contendo 13 (quatorze) questões. Direcionadas a 04 professores que atuam do 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental de 09 anos em uma escola da rede estadual no município de Rolim de Moura. Todos os participantes foram do sexo feminino, encontravam-se na faixa etária de 20 a 50 anos de idade, com o nível superior e pós-graduação. Os resultados deste estudo proporcionam reflexões e discussões acerca da acessibilidade dos alunos com necessidades educacionais em sala de aula comum. É fundamental a educação de qualidade e igualitária, mas isso só é possível alcançar com o apoio e auxílio da sociedade. É possível refletir sobre as experiências desses professores que vivenciam a educação inclusiva em busca de soluções para as problemáticas enfrentadas.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Necessidades Educacionais. Estratégias de Avaliação.

School inclusion: teaching strategy in the evaluation process

Abstract: The studies about the evaluation of children that need special educational are something recent in academic and scientific fields, then were found few studies in literature review about it. Given that the evaluation process is fundamental to monitor the development and student learning, this research checked the resources used for the pedagogical strategy elaboration in monitoring students diagnosed with learning disabilities and the importance of professional psychology as well as the difficulties and challenges faced in this process. For this, we carried out a qualitative field research where the information collection was done through a semi-structured interview, containing fourteen (13) questions. This questions were directed to the 04 teachers that work at 1st to 5th year of elementary school with children 09 years old at a state school in the municipality of Rolim de Moura. All participants were female, they were in the age group 20-50 years old, with graduate studies. These study results provide reflections and discussions about the accessibility of students with special educational needs in the usual classroom. It is crucial to the education of equal quality and it only can be achieved with the society support and aid. It is possible to reflect on those teachers experiences with inclusive education to find solutions to the problems faced.

Keywords: School Inclusion. Educational Needs. Assessment Strategies.

¹ Graduanda, faculdade de Rolim de Moura – FAROL; ano 2014. E-mail: dalvinhamachado@hotmail.com

² Docente no curso de Psicologia, FAROL – Faculdade de Rolim de Moura.

1 INTRODUÇÃO

O tema relacionado a inclusão escolar é vasto e envolve diversas características, dentre elas o processo de avaliação, acompanhamento psicológico e pedagógico. Sabe-se que ao receber o diagnóstico de um aluno que apresenta necessidades educativas, faz-se necessário a realização de avaliação com o objetivo de verificar suas individualidades, para que o professor possa trabalhar com este aluno com eficácia. Esta atividade compete ao professor, entretanto este deverá ter o apoio da equipe pedagógica da escola sempre que julgar necessário.

Diante desse cenário percebeu-se a necessidade deste estudo sobre as estratégias realizadas pelo docente no processo de avaliação, pois acredita-se que há carência de pesquisas na região relacionadas a este tema, visto a dificuldade em encontrar artigos ou outras publicações. Este cenário nos leva a avaliar novas ideias e alternativas para que as estratégias sejam eficientes.

Na realização desta pesquisa utilizou-se como instrumentos para coleta de dados um questionário contendo 07 (sete) questões para identificação do sujeito e um roteiro de entrevista semi-estruturada com 06 (seis) questões. Este instrumento foi elaborado pela pesquisadora e passou por avaliação e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEP.

Os participantes deste estudo foram 04 professores atuantes em uma escola do ensino fundamental de 09 anos da rede estadual, no município de Rolim de Moura. Todos os participantes eram do sexo feminino e encontravam-se na faixa etária de 20 a 50 anos de idade. Quanto ao maior e menor tempo de serviço na escola os participantes tinham em média entre 03 anos a 10 anos de atuação profissional, sendo que estes atuam com alunos com necessidades especiais há pelo menos 03 anos. Todos concluíram o nível superior e possuem pós-graduação. A fim de preservar a identidade dos participantes no decorrer do trabalho foram adotados nomes fictícios para trazer suas falas como referência na descrição e análise dos dados.

A primeira etapa da pesquisa se deu com o mapeamento bibliográfico, visando fundamentar a elaboração do presente artigo, tendo como referência estudos realizados nacionalmente, tais como livros e artigos publicados em revistas e site. Posteriormente a pesquisadora entrou em contato com a escola e expôs seu interesse na realização da pesquisa, apresentando o projeto à direção e à coordenação, obtendo autorização para posterior contato

com os professores. Em seguida foram discutidas datas e horários para a aplicação do questionário e entrevista semi-estruturada, em conformidade a disponibilidade dos profissionais e da pesquisadora.

Deste modo, realizou-se a aplicação do questionário e da entrevista semi-estruturada de forma individual em um espaço selecionado pelos participantes. Destaca-se que foi apresentado aos participantes um prévio esclarecimento sobre a pesquisa como: a não obrigatoriedade a não remuneração, objetivos, procedimentos e os benefícios e riscos que a pesquisa proporcionou. Logo em seguida entregou-se o Termo de Consentimento Livre Esclarecido a cada participante e somente após a assinatura iniciou-se a entrevista.

Dessa forma propôs-se, em linhas gerais, discutir a análise da fala dos participantes a partir de três eixos, sendo estes identificados no procedimento de entrevista como estando relacionados ao primeiro dia de aula, as estratégias no processo avaliativo e a ausência do monitor e/ou cuidador. A fim de orientar a leitura deste artigo, o mesmo segue com uma breve explanação teórica e posteriormente apresenta os resultados com a discussão fundamentada, finalizando o trabalho com as considerações finais.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Inclusão Escolar e Normativas

No contexto da inclusão educacional de crianças com necessidades especiais é necessário que o aluno seja visto como criança, pois não se pode negar suas características ou diferenças, mas jamais se deve supervalorizar a dificuldade deste resumindo-o a um comportamento ou uma única característica. É neste cenário que os professores precisam desenvolver estratégias para lidar com esses alunos, ou seja, sem que sejam desvalorizados e/ou submetidos apenas a uma socialização escolar. De acordo com a Declaração de Salamanca.

Cada criança tem o direito fundamental à educação e deve ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem, as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através de uma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades[...] (Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção: Na área das necessidades educativas especiais, 1994, p. 8).

Essa Declaração influenciou diversas práticas no Brasil no que diz respeito à

elaboração das políticas públicas da educação inclusiva, tanto é que em 1994 a Política Nacional de Educação Especial divulgou acesso às classes de ensino regular àqueles que tivessem condições de acompanhar as atividades curriculares do ensino comum a fim de promover uma maior confiabilidade no atendimento e tratamento a educação, visando à mudança do paradigma da exclusão (BARROS, 2008).

O Capítulo V, artigo 58 da LDB 9393/96 destaca que a educação dos portadores de necessidades especiais deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino. De acordo com a legislação estadual através da Resolução n. 552/09 – Conselho Estadual de Educação (CCE/RO), de 27 de Abril de 2009, art. 5 é previsto que o sistema de ensino deve matricular todos os alunos com necessidades especiais, desde que se organizem para atendê-los em classes comuns do ensino regular. Levando em consideração as condições atuais da educação, pode-se dizer que o processo de inclusão escolar possui desafios a serem vencidos, tema este que será abordado no item que segue.

2.2 Desafios no Processo de Inclusão Social e Educacional

Passerino et al (2007) considera a inclusão como o processo estabelecido pela sociedade para satisfazer as necessidades relacionadas ao desenvolvimento humano, dentre eles, aspectos relacionados a qualidade de vida, autonomia de renda e equidade de oportunidades e direitos. Desse modo a inclusão social deve inserir a pessoa na sociedade e a inclusão escolar visa incluir o aluno no ambiente escolar proporcionando o desenvolvimento físico e intelectual com oportunidades educacionais e sociais à todas as crianças, inclusive aquelas que possuem alguma deficiência (GUIJARRO, 2011).

O processo de inclusão escolar requer uma reforma na reestruturação especializada na escola, de maneira que essa mudança permita aos alunos com necessidades educacionais especiais ter participação e acesso em todo ambiente escolar, sem restrição e isolamento (MITTLER, 2003. p. 25).

A Secretaria de Educação Especial (2005) considera que não há dúvida de que incluir pessoas com necessidades educacionais na escola regular pressupõe uma grande reforma no sistema educacional que implica em flexibilização ou adequação do currículo, com modificação das formas de ensinar, avaliar, trabalhar com grupos em sala de aula e a criação de estruturas físicas facilitadoras do ingresso e circulação de todas as pessoas. Viégas (2011) relata que os professores de classe regular devem transformar suas posturas de trabalho a fim

de atender a todos os alunos.

Os alunos com necessidades educacionais especiais devem ser matriculados em classe comuns de forma equitativa, cuidando-se para não formar uma “classe especial”. Para tanto, sugere a seguinte proporção: salas de ensino fundamental de até trinta alunos devem abrigar, no máximo, três alunos com necessidade especiais; salas com mais de trinta alunos devem conter, no máximo, dois alunos com necessidades especiais (ASBAHR *et al.* 2011, p. 211).

É necessário que os professores busquem um novo olhar, promovendo o respeito do aluno com deficiência para que este tenha condições de identificar suas potencialidades, proporcionando oportunidades diversificadas para este aluno. No entanto, é essencial conhecer a instituição escolar como um todo, incorporando ações coletivas para que o aluno possa de fato se adaptar/adequar ao saber escolar e estar incluso em sua escola sem sofrer discriminação (COSTA, et al, 2009).

Para que a inclusão aconteça, tanto no que diz respeito à sociedade quanto a escola, é preciso o apoio e participação de familiares, da comunidade e de mudanças de atitude da sociedade frente às pessoas com necessidades educativas. No que diz respeito a prática do professor, entende-se que este não pode atuar isoladamente, pois é necessário um trabalho conjunto, ou seja, que tenha o auxílio de outros colaboradores no processo de inclusão (ANA, 2005). “[...] desse modo, a atuação dos administradores escolares pode ser de grande valia na tarefa de construir uma escola pronta a atender a todos os indivíduos, sem discriminação” (ANA, p. 229. 2005).

A Declaração de Salamanca (1994) descreve que os professores são fundamentais como gestores do processo educativo, apoiando os alunos na utilização de todos os recursos disponíveis, quer dentro ou fora da sala de aula. Entretanto, para que ocorra uma ação positiva dos professores no processo educativo em relação à inclusão se faz necessário uma formação continuada, ofertada pelo órgão administrativo regional, através da promoção de cursos de capacitação, previsto pelo Art. 3º do decreto 6.571 (2008) inciso II, contemplando os temas relativos a supervisão e avaliação integrada e permanente, a fim de que todos tenham condições de desenvolver trabalhos eficientes/adequados para os alunos (ANA, 2005).

Sendo assim, entende-se que é necessário também o compromisso dos professores em trabalhar para a concretização através de formação continuada, pois a formação deve ser ampla e atingir de forma teórico-prática os diferentes tipos de deficiências, pois assim será possível apreender e conhecer como é realizado o processo de avaliação. Desta forma, o próximo item deste trabalho visa apresentar os resultados dos procedimentos adotados para

investigação de como ocorre o processo de avaliação para a elaboração das estratégias de intervenção pedagógica e os desafios deste. Além disso, também irá apresentar uma discussão sobre a participação da psicologia neste processo, conforme a percepção dos sujeitos entrevistados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Refletindo Sobre o Contexto da Pesquisa

Este item do artigo tem como objetivo descrever as percepções dos participantes em relação ao que acreditam acontecer durante o processo de inclusão escolar. Com base nos dados da entrevista os professores participantes relataram, em diversos momentos que as atividades realizadas em sala de aula com os alunos com necessidade educacionais são apresentadas de forma que o professor seja um mediador na aprendizagem e acompanhe o desenvolvimento através da interação social. Entretanto, Cleia indica em sua fala sobre os alunos que “Ela [referindo-se a aluna que possui com diagnóstico de síndrome de down] aprende mais com a socialização em sala de aula”, trazendo a ideia de que, dentro das possibilidades oferecidas pela instituição, a aprendizagem do conteúdo formal se torna inviável. Tal socialização diz respeito ao professor e aos colegas de classe, e em certos momentos, com funcionários da instituição e alunos de outras salas. Logo é possível observar que esses alunos com necessidade especiais estão na escola regular especialmente para socialização ficando a aprendizagem formal para segundo plano.

Barros (2008, apud CAPELLINI & MENDES, 2001) indica que a inclusão escolar permanece distante a partir do momento em que os professores assumem a ideia de que os alunos com necessidades especiais estão nas salas regulares apenas com o objetivo de socialização. No entanto este seria um dos momentos em que o psicólogo ofereceria apoio aos professores, atribuindo e assessorando as principais potencialidades deste aluno. O psicólogo poderá colaborar com o corpo docente auxiliando “na resolução de problemas relativos à prática pedagógica, principalmente no que interfere ou prejudica o processo de transmissão e assimilação do conhecimento”, a partir das recomendações médicas realizadas por meio de diagnóstico. (COSTA, SOUZA & RONCAGLIO, 2009. p. 31). Destaca-se que a instituição escolar não possui o profissional de psicologia, fazendo com que este momento não aconteça, o que implica em dificuldades no processo de inclusão.

Observou-se, através do relato de um dos participantes, que a instituição tem dificuldade em oferecer os instrumentos necessários para facilitar o ensino e aprendizagem dos alunos com necessidades especiais. Segundo Aline um dos seus alunos precisa de calculadora adaptada para efetuar os cálculos matemáticos, porém há mais de dois meses que a calculadora quebrou e a escola não providenciou outra e/ou consertou até o momento da entrevista.

De acordo com a política de integração da educação especial na rede regular de ensino, uma de suas vertentes fundamentais é que são necessárias adequações nos equipamentos e materiais pedagógicos, para isso são repassados às escolas recursos financeiros para aquisição de material didático (BRASIL, 2000). A escola também precisa ajudar o professor a lidar não só com esses instrumentos, mas tranquilizar e apoiá-los durante o ano letivo, especialmente nos primeiros dias de aula, até o professor se adaptar e possuir novas estratégias (ALVES, 2014). Deste modo, conclui-se que os professores estão aparentemente desmotivados para prosseguir com o processo de inclusão escolar, acreditando que a inclusão serve apenas para socialização e não como meio para a aprendizagem formal.

3.2 Primeiro Dia de Aula

Neste item, realizar-se-á uma apresentação indicando algumas dificuldades apresentada pelos professores participantes. De acordo com as observações realizadas durante o procedimento de entrevista o primeiro dia de aula geralmente é esperado tanto pelos os alunos quanto pelos professores. Acredita-se que há sempre uma preparação prévia desses momentos, onde serão descobertas novas pessoas, com distintas habilidades e características. O professor precisa de fato, conhecer como será sua nova sala de aula a fim de se preparar para lidar com as situações futuras.

Quando perguntado aos participantes em qual momento a instituição de ensino comunicou sobre a existência de aluno com necessidades educativas apenas a participante Zenaide informou ter sido comunicada antecipadamente, visto que estava substituindo uma professora e conversou com esta antes de assumir as aulas. Deste modo, pode-se afirmar que nenhum dos professores recebeu a informação por parte da instituição ou equipe pedagógica desta.

Segundo Edna no primeiro dia de aula observou que um dos seus alunos estava com

dificuldade na compreensão e apresentava comportamento de inquietude. Edna relatou em interferir no comportamento do aluno por um período de três dias, quando decidiu ir até a secretaria para verificar na ficha do aluno se constava algo. Neste momento a participante descobriu que constava junto aos demais documentos do aluno um laudo no qual constava que o referido aluno tinha diagnóstico de Transtorno e Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDHA. De acordo com estas observações, supõe-se que, se Edna não tivesse indo até a secretaria para verificar a ficha, esse aluno corria o risco de ser rotulado como um aluno que não aprende, inquieto ao ponto de ser bagunceiro entre outras situações.

A escola em nenhum momento comunicou também a professora Cleia sobre a existência da aluna com necessidades especiais em sua sala. Cleia só adquiriu a informação sobre a existência do aluno quando foi até a secretaria pegar a lista de alunos, na qual constava o nome da aluna. Cleia já tinha conhecimento das Necessidades Especiais da aluna, devido a mesma já ter estudado na escola nos anos anteriores.

A participante Aline relatou que em nenhum momento a escola informou sobre a existência dos alunos, “nunca fui informada”. Porém Aline já tinha conhecimento que teria dois alunos com necessidades especiais, pois ambos já são alunos da escola, isto é, estudaram nos anos anteriores com outros professores.

Como é possível observar, em momento algum a direção, coordenação e /ou a orientação comunicou ou orientou os professores sobre a existência dos alunos com necessidades educacionais. Considera-se que a informação prévia é importante para o desenvolvimento do trabalho desses professores, pois segundo Rodrigues (2006) o apoio pedagógico é fundamental para possibilitar que o professor de classe comum trace os objetivos, as estratégias e escolha os métodos adequados à necessidade específica do aluno. Esse apoio educativo não levará, de fato, a eliminação de todas as dificuldades, mas será o recurso de colaboração para a eficácia do trabalho. Deste modo, o próximo item irá trazer dados referente as estratégias utilizadas pelos professores para facilitar o ensino e aprendizagem dos alunos com necessidades especiais.

3.3 Estratégia Docente no Processo de Aprendizagem

As estratégias pedagógicas são essenciais para lidar com alunos com necessidades especiais, principalmente com alunos em salas regulares, pois acredita-se que diminuem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem no dia a dia. Existem distintas maneiras e

estratégia que contribuem para o rendimento do aluno, sendo necessário o saber, para lidar com essas estratégias e proporcionar aspectos positivos.

Sem sombra de dúvida a escola deve ajudar os professores a estabelecer as estratégias com a utilização de materiais pedagógicos, avaliações diferenciadas e/ou maneiras diretas de ensinar. Em diversos momentos é preciso realizar tais atividades de modo individual, para que o aluno possa compreender de maneira significativa. Quando perguntados sobre as estratégias pedagógicas realizadas para facilitar o ensino e aprendizagem desses alunos com necessidades educativas, cada participante relatou situações diferentes, devido as particularidades de seus educandos.

Segundo Christofari (2012) a avaliação é uma das ações principais, trabalhar com as potencialidades e características dos alunos buscando estratégias para que as dificuldades encontradas frente ao processo educativo sejam vistas como desafios a serem vencidos na relação ensino-aprendizagem. Sendo considerado um desafio não só para o aluno, mas, sobretudo, para o professor.

Os alunos do 1º ano da professora Edna realizam sondagem como requisito avaliativo, na qual Edna aplica a mesma sondagem para o aluno com necessidade especial. Porém segundo a mesma é necessária uma atenção maior na hora da aplicação.

Edna relatou que utiliza diversas técnicas e estratégias para lidar como o referido aluno, pois o mesmo é inquieto. No início do ano teve dificuldades de lidar com seu comportamento, pois o mesmo deitava-se no chão, não parava na carteira sentado, em alguns momentos apontava o lápis até três vezes por dia. Em certos momentos Edna teve que deixar o aluno sentar-se em seu colo para ter um controle maior. Com o tempo Edna foi conhecendo as características do aluno, para o qual adotou as seguintes estratégias: Todos os dias realizam combinados, orações, discutem valores e respeito com o próximo. É imprescindível muito diálogo e companheirismo.

A fim de diminuir a possibilidade de discriminação entre os alunos Edna conversou com a sala, dizendo aos demais colegas que “o coleguinha tem dificuldade, gostaria que vocês o ajudassem”. Edna relatou que essa fala pode ser considerada positiva, devido os colegas não agirem em nenhum momento de forma discriminatória ou preconceituosa com o aluno portador de necessidades especiais.

O preconceito acontece em um número elevado nas escolas regulares, sendo considerado um agravante negativo quanto para o processo inclusivo, pois prejudica as relações interpessoais e o desenvolvimento de um trabalho mais próximo ao aluno com

necessidades especiais (ANA, 2005).

Zenaide relatou que realiza diversas estratégias para lidar com a aluna, mas primeiro teve que identificar as atividades que a aluna mais gostava, pois quando a aluna não gosta de fazer as atividades, fica entediada ao ponto de arrancar seus próprios cabelos. Todas as atividades inclusive a sondagem, são diferenciadas dos demais da turma. São ampliadas e todas impressas.

Nesse fragmento é válido destacar que os alunos com necessidade especiais demandam de singularidades, sendo vistos pela ótica de suas capacidades. Diante disso, apresenta-se o desafio aos profissionais da escola inclusiva de promover um trabalho diferenciado no que se refere às avaliações, metodologia, atividades, acompanhamento, entre outros (SILVA, 2012). De acordo com a participante Zenaide "A aluna não sabe ler nem escrever, geralmente faz rabiscos semelhantes a caracóis, tenta fazer círculos, mas não consegue. Inclusive hoje pela primeira vez ela conseguiu fazer um círculo fechado". Nesta fala percebeu-se a emoção da professora em ver a sua aluna realizando um simples círculo, sendo considerado um grande avanço ao ensino e aprendizagem.

Em alguns momentos os professores de salas regulares poderão deparar-se com algumas necessidades e limitações dos alunos, fazendo com que o aluno não prossiga em desenvolver suas reais habilidades de ensino e aprendizagem. Cléia, por exemplo, comentou sobre um momento de angústia, "Minha aluna às vezes não que fazer a atividade e/ou não gosta, simplesmente baixa a cabeça e não realiza a atividade".

Tal fala traz a reflexão de que até que ponto o professor consegue lidar com as situações em que se deparam. Como as estratégias estão sendo utilizadas a ponto de não prejudicarem este aluno e os demais da turma. Segundo o relato de Cleia é necessário muito diálogo com a aluna, mas geralmente esta aluna não realiza as atividades propostas, nesse momento utiliza os recursos de jogos pedagógicos, massinha de modelar e quebra cabeça.

O estudo realizado por Joslin (2012) demonstrou que ao realizar atividades diferenciais o andamento do restante da turma poderá ser prejudicado e/ou as professoras poderão se sentirem incapazes de realizar determinadas atividades diferenciadas e atribuírem essa dificuldade à falta de recursos ou ao tempo de ensinar a todos e a essa demanda. As falas acima sinalizam as dificuldades e desafios que as professoras enfrentam para lidar e ensinar de modo proporcional a todos os seus alunos. Mediante isso, imagina-se como é a realidade de uma professora com mais de vinte alunos em sala, sendo dois deles com necessidades especiais.

Aline tem um aluno com laudo de “dificuldade mental grave”³ que está dois anos atrasado, em relação a idade cronológica. Aline precisa utilizar diversas estratégias, pois o aluno tem dificuldade de fala e apenas balbucia, porém ouve normalmente. Deste modo, a mesma disse que aplica a avaliação de maneira diferenciada, todas as letras são de forma, maiúscula, sendo necessário ler as atividades e a avaliação para o aluno, uma maneira direta de explicação. Utiliza letra móvel, jogos pedagógicos, materiais concretos para contagem, borrachinhas, material dourado. O aluno usa o auxílio de equipamento de adaptação, como uma calculadora maior e colorida.

Todas as professoras participantes usam o portfólio como um modo de avaliação o que proporciona aos alunos e professores as reais evidências, os avanços e defasagens no processo de ensino e aprendizagem. Na rede de ensino pesquisada as professoras precisam realizar um relatório no final de cada bimestre, tal relatório contém informações sobre os avanços alcançados pelo aluno com necessidade especial e também eventuais regressões. Esses documentos são arquivados na pasta do aluno que permanece na secretaria da escola.

Cerminaro (2005) relata em seu estudo que o portfólio é um registro permanente de atividades do aluno, especificamente de suas produções de textos espontâneos, visando um acompanhamento individual, subjetivo. Desta forma, auxilia a avaliação.

De acordo com as informações citadas neste item, pode-se dizer que os professores tentam de todas as maneiras possíveis realizar atividades para que os alunos com necessidades especiais possam adquirir conhecimento, isto é, utiliza-se de distintas estratégias pedagógicas. Porém nem sempre alcançam seus objetivos, devido às limitações apresentadas pelos alunos especiais.

Observou-se também que esses professores precisam, de fato, ter dedicação e amor pela sua profissão para lidar com esses alunos, devido o tempo a mais que é preciso para realizar as estratégias e a paciência para enfrentar as individualidades desses alunos especiais.

3.4 Ausência do monitor e/ou cuidador

Para que ocorra a inclusão escolar se faz necessária a colaboração e o apoio de diversos profissionais, isto é, o professor, orientador, coordenador, psicólogo e o monitor e/ou cuidador, sendo este primordial para facilitar o trabalho de ensino e aprendizagem do

³ Este termo foi retirado do aludo, que constava no portfólio do aluno. Sendo apresentado pela professora no momento da entrevista.

professor, pois é visível a dificuldade que o professor tem em lidar com os alunos que não possuem necessidade especial juntamente com estes alunos com laudos.

Todos os participantes relataram que a escola não oferece monitor e/ou cuidador, dificultando assim a realização das aulas, pois os professores têm que estar a todo momento próximos dos alunos com necessidades especiais, por que eles precisam de uma atenção maior em comparação aos demais.

Foi possível observar durante os relatos da participante Zenaide sua indignação a respeito da ausência destes profissionais “na lei tudo tem, mas na prática nada”.

No Capítulo V, artigo 15 da LDB 9393/96 destaca que alunos que precisam de atenção ao exercer suas atividades, isto é, alunos com um menor grau de necessidades educativas, a instituição de ensino deve disponibilizar monitores e/ou cuidadores, para acompanhamento individualizado.

Diante dessa situação observa-se o déficit que o processo de inclusão vem sofrendo, dentro do qual o aluno com necessidades especiais não é o único a ser prejudicado nessa situação, mas também o restante da turma, pois o professor precisa estar dividido para atender todos nas suas singularidade e particularidades. Percebeu-se também que os professores tornam-se insatisfeitos com o próprio trabalho, devido não ter tempo suficiente para trabalhar com esses alunos.

o professor sente-se vítima de um sistema que lhe impõe condições inadequadas ao mesmo tempo em que lhe exige um bom desempenho, num cenário em que ele a despeito de seus esforços e de uma disposição positiva, um mínimo de estrutura inexistente (LIMA. p. 30. 2011).

Como a escola não oferece o monitor e/ou cuidador os familiares dos alunos com necessidades especiais vão até a escola para poderem auxiliá-los no processo de aprendizagem, realizando o papel deste profissional.

Ao perguntar aos professores sobre o papel do psicólogo no processo de inclusão, todos responderam que é bom e importante, e nada a mais declararam. Diante dessas falas suponha-se a inexistência do conhecimento do papel do psicólogo nesse processo.

O profissional de psicologia é essencial neste processo, pois poderá acompanhar e facilitar o processo de ensino e aprendizagem destes alunos com necessidade educacionais.

A Resolução nº 13/2007 do Conselho Federal de Psicologia, diz que o psicólogo educacional trabalha em conjunto com a equipe, colabora com o corpo docente e técnico na elaboração, avaliação e reformulação de currículos, de projetos pedagógicos. Também analisa as características do indivíduo portador de necessidades educacionais para orientar a aplicação

de programas especiais de ensino; realizando seu trabalho em equipe interdisciplinar (MARTINS, 2008).

Desta forma observa-se que os professores não conseguem de fato desenvolver um bom trabalho com os alunos que tem necessidade especial devido à ausência de profissionais que precisam trabalhar juntamente com o professor a fim de acompanhar esses alunos com laudo.

4 CONCLUSÃO

Constatou-se que a temática inclusão escolar: estratégia docente no processo de avaliação é um assunto que merece ser analisado pelos profissionais da área da educação, principalmente autoridades governamentais competentes que poderão auxiliar esses profissionais.

Esta pesquisa veio somar com o que já é perceptível, as dificuldade e as barreiras que o corpo docente vem sofrendo para lidar com esses alunos com necessidades especiais em salas regulares, pois a escola sozinha não consegue atender a todas as demandas necessárias e exigidas para auxiliar o corpo docente e a cada aluno na sua individualidade.

Dessa forma a cada dia que passa as soluções estão mais distantes, pois foi possível observar que a lei traz uma abordagem merecedora, perfeita ao ser lida, mas quando se depara com a prática encontra-se uma realidade totalmente diferente e distante de se tornar de fato a inclusão escolar. Mediante a isso Silva (2001) ressalta em seu estudo que é possível perceber que a teoria e prática, nem sempre caminham na mesma direção. Sendo assim necessário é que se cumpra o que já está garantido por decretos, leis e resoluções federais, estaduais e municipais no exercício de suas funções.

O processo de inclusão escolar não se direciona apenas ao processo de matricular o aluno com necessidade educativa em escolas regulares a fim de adquirir a socialização, ignorando suas reais necessidades sem de fato oferecer ao docente e a escola o apoio necessário ao exercício profissional.

Portanto com esse estudo pode-se constatar que os profissionais docentes que atuam com esses alunos com laudo enfrentam distintas dificuldades em lidar com os mesmos, pois não são oferecidos materiais didáticos necessários, auxílio dos profissionais como o monitor e/ou cuidador, psicopedagogo e o psicólogo. Havendo assim, um déficit na equipe para solucionar ou se minimizar as situações que geram dificuldade de aprendizagem.

Os resultados deste estudo proporcionam reflexões e discussões a cerca da acessibilidade dos alunos com necessidades educativas em sala de aula comum. É imprescindível uma educação de qualidade e igualitária, só é possível alcançar estes objetivos com o apoio e auxílio da sociedade. Assim como refletir sobre as experiências desses professores, que vivenciam a educação inclusiva, em busca de soluções para as problemáticas enfrentadas.

5 REFERÊNCIAS

ALVES, L. **A primeira aula de um professor**. Canal do Educador. Equipe Brasil Escola. 2014. Disponibilizado em: <<http://educador.brasilecola.com/orientacoes/a-primeira-aula-um-professor.htm>>. Acessado em: 12 Out. 2014.

ANA, I. M. S. Educação inclusiva: **concepções de professores e diretores**. **Psicologia em estudo**. Maringá, v. 10, n. 2. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n2/v10n2a09.pdf>. Acessado em: 21 fev. 2014.

_____. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicologia em estudo**. **Maringá**, v. 10, n. 2. p. 227-234. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n2/v10n2a09.pdf>. Acessado em: 21 fev. 2014.

ASBAHR, F. S. F *et al.* A conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais. In: _____. **Políticas públicas em educação: uma análise crítica a partir da psicologia escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. p. 199

BARROS, B. M.W. **O trabalho pedagógico no ensino médio, na rede pública estadual paulista: desafios à inclusão dos alunos com deficiência**. (Dissertação de Mestrado). Campinas. Pontifca Universidade Católica de Campinas, 2008. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde/arquivo.php?codArquivo_busca=441>. Acessado em: 10 Fev. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Documento Subdiário à política de inclusão, Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação do Brasil. **Educação Inclusiva**. Brasília.. 2000. Disponível: < [Ministeriohttp://www.oei.es/quipu/brasil/educ_especial.pdf](http://www.oei.es/quipu/brasil/educ_especial.pdf)> Acessado em 12 Out. 2014.

CERMINARO, R. H.S. **O uso dos Portfólios como Auxílio de Intervenção no Fracasso Escolar**. (Graduação de Curso). São Carlos. UFSCa. 2005. Disponível em: < http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_antteriores/anais15/Sem13/regianecerminaro.htm>. Acessado em: 05 Out. 2014.

CHRISTOFARI, A. C. **Avaliação da Aprendizagem e Inclusão Escolar: Relações Possíveis**. In: IX ANPED SUL 2012. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2012. Disponível em: <

http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Educacao_Especial/Trabalho/07_58_49_780-7289-1-PB.pdf>. Acessado em: 30. Set. 2014.

COSTA, SOUZA & RONCAGLIO. Atribuições prioritárias do psicólogo escolar
 In: _____ **Momentos em psicologia escolar**. 2.ed. Curitiba: Juruá, 2009. p. 31

GUIJARRO, B.R. Filósofa espanhola afirma que Brasil é o melhor país latino em educação inclusiva. In: **Revista Educação**. Brasília: Ed. Abril.v.172, n. 45, ago. 2011. p. 25.

JOSLIN, M.A **política de inclusão em questão: Uma análise em escolas da rede municipal de ensino de Ponta Grossa – PR**. (Dissertação de Mestrado). Paraná.Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2012. Disponível em: <http://www.bicentede.uepg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=818>. Acessado em: 10 Fev. 2014.

LIMA. E. A. **As dificuldades enfrentadas pelos professores de uma escola pública do distrito federal diante da proposta de inclusão escolar**. (Monografia). Brasília. DF. Universidade de Brasília – Unb, 2011. p. 30. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/104HYPERLINK>
 "http://bdm.unb.br/bitstream/10%20483/2321/1/2011_ElianeAlvesdeLima.pdf"83/2321/1/2011_ElianeAlvesdeLima.pdf>. Acessado em 19 Out. 2014.

MARTINS. T. G. **Atuação do psicólogo na educação escolar: Uma análise de práticas que visam atender à perspectiva inclusiva**. (Dissertação de Mestrado). São Paulo. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2008. Disponível em:<http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6584>. Acessado em: 26 Out. 2014.

MITTLER. P. **Educação Inclusiva: Contextos Sociais**. Porto Alegre: Artmed. 2003.p.25.

Organização nas Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Constituição (1994). **Ministério da Educação e Ciência da Espanha**. Espanha, p. 8. 1994.

PASSERINO, L. M.; MONTARDO, S. P. Inclusão social via acessibilidade digital: proposta de inclusão digital para pessoas com necessidades especiais. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, Rio Grande do Sul, v. 08.p. 75-85. 2007. Disponível em:http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/f/fe/GT3-_12-_Inclusao_social-Liliana_e_Sandra.pdfHYPERLINK
 "http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/f/fe/GT3-_12-_Inclusao_social-Liliana_e_Sandra.pdf".Acesso em: 21 fev.2014.

RODRIGUES, F.G.Z.A **avaliação nas práticas pedagógicas inclusivas: visão de professores**. (Dissertação de Mestrado). São Paulo, SP. Pontifícia Universidade Católica, 2006. p. 50. Disponível em: < http://www.sapientia.pucsp.br/tde_arquivos/3/TDE-2007-04-23T08:32:35Z-2957/Publico/PE_D%20-%20Flavia%20G%20Zeraik%20Rodrigues.pdf>. Acessado em: 10 Fev. 2014.

RONDÔNIA. Lei nº 552/09 de 27 de abril de 2009. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Legislação Estadual de Educação**. Brasília: MEC, 2009.

SILVA, B.L; SILVA,B.L. **Inclusão de Alunos Surdos na Escola Municipal de Ensino Fundamental João Moreira Soares.** (Graduação de Curso). Paraíba. Universidade Federal da Paraíba, 2001. Disponível em: <http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca-virtual/files/inclusao_de_alunos_surdos_na_escola_municipal_de_ensino_fundamental_joao_moreira_soares_1343924381.pdf>. Acessado em: 09 Fev. 2014.

SILVA. P. R. J. **Política de formação de professores e Inclusão escolar.** Dissertação (Mestrado em educação). São Luís. Universidade Federal de Maranhão. 2012.

Recebido para publicação em dezembro de 2016

Aprovado para publicação em dezembro de 2016